



CONTRATO N.º 3847 /2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG E A EMPRESA WBK EQUIPAMENTOS CENOTÉCNICO LTDA.

Por este Instrumento, de um lado o Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, por seu Órgão Administrativo, Prefeitura, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.192.898/0001-02, com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, nesta Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (conforme Decreto Municipal N.º 16.351/2025, de 01 de Janeiro de 2025), **Sr. JANILTON PRADO**, *doravante* denominado CONTRATANTE, e de outra parte a empresa **WBK EQUIPAMENTOS CENOTÉCNICO LTDA**, inscrita no CNPJ sob N.º 08.380.534/0001-00, com sede à Rua Mãe Menininha do Gantois n.º 149, bairro Cajuru, CEP 82920-350, na Cidade de Curitiba, Estado de Paraná, neste ato representada pelo **Sr. BRUNO CARNEIRO ZAMPROGNIO**, inscrito no CPF N.º 069.029.259-76 e RG N.º 7.841.106-6 SSP PR, *doravante* denominada CONTRATADA, têm entre si como justo e contratado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA O TEATRO MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ CARNEIRO PINTO SITUADO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG**, cuja celebração foi precedida do Processo Licitatório PRC N.º 032/2025, na modalidade Pregão Eletrônico N.º 016/2025, o qual foi processado e julgado em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133/2021, e das demais normas complementares pertinentes. Tal celebração contratual se dá mediante as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto do presente Contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA O TEATRO MUNICIPAL MONSENHOR JOSÉ CARNEIRO PINTO SITUADO NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG**, conforme Edital (com todos os seus Anexos), Termo de Referência e Proposta vencedora desta Licitação, que passam a integrar este Instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1.1. O prazo de vigência da contratação ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O Contrato poderá ser prorrogado, quando atender ao disposto no Art. 107 da Lei Federal Nº. 14.133/21, de acordo com o Interesse Público.

2.1.2.1. Na ocorrência de Prorrogação Contratual, após 12 (doze) meses da apresentação da proposta, os valores poderão ser reajustados de acordo com o IPCA ou, na falta dele, por outro índice que venha a substituí-lo, juntado prévio parecer da Secretaria de Fazenda.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A Contratada fica *obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais*, os acréscimos ou supressões que se fizerem, em até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o Art. 125 da Lei Federal Nº. 14.133/21.



CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Da solicitação do(s) Serviço(s):

4.1.1. A solicitação do(s) serviço(s) será feita conforme necessidade da Secretaria solicitante, mediante pedido encaminhado ao Setor de Pedidos de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG para posterior emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

4.2. Da Entrega e Instalação do(s) Produto(s) e da Nota Fiscal:

4.2.1. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) e instalado(s) no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), na forma do Item 4.1.1, no(s) seguinte(s) endereço(s):

→ **Teatro Municipal Monsenhor José Carneiro Pinto**, Praça Santa Rita, Centro, nesta Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

4.2.2. Juntamente com os produtos deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, para conferência e aceite por servidor designado, e posterior encaminhamento ao Setor de Liquidação.

4.2.3. Verificada a não-conformidade dos produtos, as correções necessárias deverão ser promovidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; do contrário, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na legislação pertinente, no Edital e nos Instrumentos Vinculantes firmados.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO DO CONTRATO

5.1. A Contratada *não poderá* subcontratar, ceder ou transferir o Objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, *sob pena de rescisão*.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor do presente Contrato fica estimado em **R\$ 181.033,91 (Cento e Oitenta e Um Mil, Trinta e Três Reais e Noventa e Um Centavos)**, conforme o quadro a seguir:

LOTE	ITEM	CÓD.	PRODUTO	UNID.	QUANT.	MARCA/MODELO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
	1	245.000.084	CANHÃO PAR LED 200W DMX FRESNEL - CANAIS DMX: 6, POTÊNCIA: 100W BRANCO FRIO + 100W BRANCO QUENTE, FUNÇÃO: AUTO, FADE, DIMER, STROBO, MISTURA DE CORES, SENSOR RÍTMICO, SLAVE MODE, MASTER MODE. ENTRADA E SAÍDA DMX XLR, VOLTAGEM: AC100/240V BIVOLT -50/60HZ, PAINEL DISPLAY DIGITAL. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	8	PRÓPRIA	R\$ 1.993,81	R\$ 15.950,48



2	245.000.083	CANHÃO REFLETOR PAR LED 18X18 RGBW - PAR LED SLIM. ALÇA PARA FIXAR EM MATERIAL TEFLON (PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E FLEXIBILIDADE), 18 LED DE 18W CADA. 324W, TENSÃO: AC90-240V 50-60HZ, FONTE DE LUZ: RGBW 5 EM 1 LED/RGBWR, LEDS: 18X18 - 18W POR LEDS, MODO DE TRABALHO: CONTROLE DE VOZ/AUTOMÁTICO/MESTRE-ESCRAVO/DMX512, CANAL DMX: 7CH - INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	10	PRÓPRIA	R\$ 586,24	R\$ 5.862,40
3	245.000.082	CANHÃO REFLETOR PAR LED 64X54 RGBW - REFLETOR LED PAR 64 54 LEDS 3W, QUANTIDADE DE LED: 54 POTÊNCIA POR LED EM WATTS: 3W, CORES: RGBW (VERMELHO, VERDE, AZUL E BRANCO), QUANTIDADE DE LEDS POR COR: 12R, 14G, 14B E 14W, PRODUTO COM DMX, QUANTIDADE CANAIS DMX: 8 CANAIS, SEQUÊNCIA CANAIS DMX: 1-DIMMER, 2-STROBO, 3-DMX/AUTOMÁTICO, 4-VELOCIDADE, 5-VERMELHO, 6-VERDE, 7-AZUL, 8-BRANCO, VOLTAGEM: 90V / 240V (BIVOLT), CONSUMO EM WATTS: 162W, TIPO DE MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO DE TOMADA: PADRÃO BRASILEIRO.INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	10	PRÓPRIA	R\$ 968,24	R\$ 9.682,40
4	245.000.087	IRIS PARA REFLETOR ELIPSOIDAL DE LED 200W RGBW DMX - INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	8	PRÓPRIA	R\$ 980,00	R\$ 7.840,00
5	245.000.093	MÁQUINA DE FUMAÇA 220 VOLTS - POTÊNCIA DE 1500W. OPERAÇÃO REMOTA SEM FIO. OPÇÃO DE CONTROLE DMX. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	1	PRÓPRIA	R\$ 3.048,19	R\$ 3.048,19
6	245.000.081	MESA CONTROLADORA DMX - ILUMINAÇÃO - 1024 CANAIS DMX - 2 UNIVERSOS, MESA CONTROLADORA DMX PARA EVENTOS E SHOWS, MUDANÇA DE CENA E CHASE, CONTROLA ATÉ 96 APARELHOS, BIVOLT, DISPLAY COM INFORMAÇÕES, COMPATÍVEL COM A BIBLIOTECA R20 PARA APARELHOS, FUNCIONA 10 CENÁRIOS SIMULTÂNEOS, ENTRADA DE PENDRIVE PARA INSERIR CENAS E PATCH. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	1	PRÓPRIA	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
7	245.000.088	PORTA GOBO PARA REFLETOR ELIPSOIDAL DE LED 200W RGBW DMX INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	8	PRÓPRIA	R\$ 129,36	R\$ 1.034,88



LOTE 01	8	245.000.086	REFLETOR BRUT LED 200W BRANCO FRIO BRANCO QUENTE STROBO DMX - LED BRANCO FRIO / QUENTE + LED RGB, TENSÕES: AC100-240V, 50 / 60HZ, CONSUMO DE ENERGIA: 210W, CLASSIFICAÇÃO IP: IP20, TEMP. MAX. DO AMBIENTE: 45°C, LED: 100W X2 COB CW+WW / 48 PCS 0,2W RGB SMD5050 LED, VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS, CONECTOR DMX: 3 PIN XLR INPUT/OUTPUT, CONECTOR ENERGIA: POWERCON INPUT/OUTPUT, MODOS DE TRABALHO: DMX - SOM - AUTOMÁTICO - MASTER/SLAVE, CORES: WW + CW, ÂNGULO DE ABERTURA: 90° DIMMER: 0-100%, STROBO: 0 - 25HZ, LUX: @3M: 1500LUX. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	4	PRÓPRIA	R\$ 880,04	R\$ 3.520,16
	9	245.000.085	REFLETOR ELIPSOIDAL DE LED 200W RGBW DMX - ÂNGULO DE FEIXE: 15° A 38°, FONTE LUMINOSA: 1X COB LED RGBW, POTÊNCIA DO LED: 200W, MISTURA DE CORES: RGBW, AJUSTE DE TEMPERATURA DE COR: 3.200K A 5.600K, COLOR RENDITION CRIRA: =90, VIDA ÚTIL DO LED: 50.000HRS, TENSÃO: AC 100-240V, 50/60HZ, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA: 200W, FOCO E ZOOM: 15° A 38° MANUAL, FACAS DE RECORTE: 04, MODOS DE CONTROLE: DMX / MASTR-SLAVE / AUTORUN / SOUND, CANAIS DMX: DE 4 A 8 CANAIS. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	8	PRÓPRIA	R\$ 4.802,00	R\$ 38.416,00
	10	245.000.089	RIBALTA LED RGBW 18 LEDS 12W DMX 1 METRO - VOLTAGEM: 110V/220V, VIDA ÚTIL DE 50000 H. ÂNGULO DE ABERTURA DO FEIXE DE LUZ: 45°, POTÊNCIA DE SAÍDA: 250 W.COM SISTEMA DE VENTILAÇÃO.COM FUNÇÃO STROBO. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	2	PRÓPRIA	R\$ 2.322,60	R\$ 4.645,20
	11	245.000.092	SPLITTER AMPLIFICADOR DISTRIBUIDOR DMX - 4 SAÍDAS 1 ENTRADA NF, MATERIAL: METAL COM PINTURA, ELETROSTÁTICA, POSSUI 1 ENTRADA DMX CONECTOR XLR MACHO, POSSUI 4 SAÍDAS DMX CONECTOR XLR FÊMEA, POSSIBILIDADE DE INTERLIGAR DIVERSOS EQUIPAMENTOS, POSSUI FUSÍVEL, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (127V E 220V). INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	1	PRÓPRIA	R\$ 1.372,00	R\$ 1.372,00
	12	245.000.091	TERMINADOR DMX 120 OHMS ILUMINAÇÃO CONECTOR PLUG XLR - MACHO - INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	30	PRÓPRIA	R\$ 51,94	R\$ 1.558,20



13	245.000.090	VARA DE ILUMINAÇÃO - VARA DE ILUMINAÇÃO FIXA 11,35 METROS DE COMPRIMENTO FABRICADAS EM PERFIL METÁLICO RETANGULAR DE 70X70MM EM CHAPA 14, TUBO ANEXO DE 2" DE DIÂMETRO PARA SUSPENSÃO DOS REFLETORES, LIGADOS E SUSTENTADOS POR GANCHOS DE FERRO CHATO COM PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO NA COR PRETO FOSCO, NA CALHA PARA INSTALAÇÃO DE TOMADAS TRIPOLARES DE 20A DE EMBUTIR NA COR PRETO, AS MESMAS SERÃO INSTALADAS AO LONGO DA CALHA COM DISTÂNCIA DE 0,50 METROS UMA DA OUTRA, SENDO DIMERIZÁVEIS E NÃO DIMERIZÁVEIS, ACRESCIDAS DE TOMADAS DMX CONFORME PROJETO DESCRITIVO. CAPACIDADE DE CARGA MÁXIMA DE 500KG. INSTALADA NO LOCAL A SER DEFINIDO. INSTALADO NO LOCAL - SANTA RITA DO SAPUCAÍ MG.	UN	5	PRÓPRIA	R\$ 17.000,80	R\$ 85.004,00
----	-------------	---	----	---	---------	---------------	---------------

6.2. Os preços a serem pagos serão a única e completa remuneração pelos produtos e/ou serviços, incluindo, além do lucro, todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento:

7.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.2.3.1. o prazo de validade;

7.2.3.2. a data da emissão;

7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.2.3.5. o valor a pagar; e

7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após apresentação e aceitação da Nota Fiscal, que deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.3.2. *Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.*



7.3.3. Ficará suspenso o pagamento em caso de fornecimento incompleto ou parcial dos produtos, até a sua regularização pela Contratada.

7.3.4. O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.12.01.13.392.1301.2.025.339030 - 521 - Material de consumo / Manutenção da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo.

02.12.02.13.392.1301.1.079.449052 - 751 - Equipamentos e Material Permanente / Ampliação e Construção Patrimônio Cultural Material e Imaterial.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o



acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco ou dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Objeto.

9.1.17. Fornecer todos os equipamentos com garantia mínima de 12 meses, conforme especificado pela Prefeitura, cobrindo qualquer defeito de fabricação ou falhas no funcionamento durante esse período.

9.1.18. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.

9.1.19. Manter, *durante a vigência do Contrato*, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.

9.1.20. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

9.1.21. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na entrega e/ou na fiscalização.

9.1.22. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução do Contrato (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.



9.1.23. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Contratante.

9.1.24. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de realização.

9.1.25. Fornecer o Objeto licitado, com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência.

9.2. Da Contratante:

9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.8. Notificar o contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.10. Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.

9.2.11. Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

9.2.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio do Fiscal designado no Termo de Referência e de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.

9.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dias) dias.
 - i. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133,



de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10.10. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Quadro de Avisos e no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br).

10.2. Dos Motivos de Rescisão Contratual:

10.2.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.2.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



10.2.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.4.3. Indenizações e multas.

10.2.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí / MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente Licitação e da aplicação do presente Contrato.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de testemunhas, o que a Administração fará publicar em extrato, nas formas e prazos determinados na Lei Federal N.º 14.133/21.

Santa Rita do Sapucaí / MG, 09 / 06 / 2025

CONTRATADA:

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO CARNEIRO ZAMPROGNIO
Data: 09/06/2025 09:03:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WBK EQUIPAMENTOS CENOTÉCNICO LTDA

CONTRATANTE:

JANILTON PRADO
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

TESTEMUNHAS:

ANNA LUIZA DOS REIS VILELA
145.376.236-16

ANA LAURA AZEVEDO DOS SANTOS
129.554.366-40



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

RUA CEL. JOAQUIM NETO, Nº 333 - CENTRO - CNPJ: 18.192.898/0001-02

SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG - CEP 37540-000

FONE: (35) 3471-1911



CÓDIGO DE ACESSO

A7F7141140BE42BC8DC3254B96F34FEE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: ANNA LUIZA DOS REIS VILELA em 09/06/2025 09:12:04
CPF:***.***-.236-16
Certificadora: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ - CA
- ✓ Assinante: ANA LAUR AZEVEDO DOS SANTOS em 09/06/2025 09:12:43
CPF:***.***-.366-40
Certificadora: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ - CA
- ✓ Assinante: JANILTON PRADO em 09/06/2025 09:58:05
CPF:***.***-.596-48
Certificadora: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://srsapucaipmflowdocs.sgpcloud.net:8092/public/assinaturas/A7F7141140BE42BC8DC3254B96F34FEE>